

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ETP Nº 079/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA RUAL E SERVIÇOS URBANOS.

INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).

“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos.” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).

“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;

“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;

“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;



“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 4** deste documento;

“III – levantamento de mercado, [...]” (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 5** deste documento;

“VI – estimativa do valor da contratação, [...]” (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

“IV – descrição da solução como um todo, [...]” (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

“VII – justificativa para o parcelamento ou não da solução;” (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

“X – demonstrativo dos resultados pretendidos, [...]” (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

“XI – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, [...]” (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

“VIII – contratações correlatas e/ou interdependentes” (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 11** deste documento;

“XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, [...]” (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 12** deste documento;

“XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.” (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 13** deste documento;

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos, considerando o problema administrativo representado no seguinte questionamento:

Como manter as ruas e estradas em boas condições de uso, e garantir o preparo de estruturas físicas que atendam às necessidades básicas da população do Município de São Jorge D'Oeste/PR?

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao interesse público.

SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

1.1. Contexto da Situação Problema:

A Gestão Municipal, tem a obrigação de manter as condições dos espaços e logradouros públicos, de forma a dar condições de utilização ou a sua usufruição, por parte dos munícipes, na sua totalidade, até mesmo para justificar as cobranças de taxas e contribuições de melhorias.

Dentre todas as obrigações, trata-se especificamente esta contratação, da aquisição de materiais para a manutenção e/ou construção de estradas e vias, dando condições de trafegabilidade aos munícipes, bem como, atender os conjuntos habitacionais fornecendo estrutura através da construção de fossas, garantindo moradias dignas a população menos favorecida.

1.2 - Justificativa da Contratação:

1.2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL prover com eficácia, a capacidade da gerencia para atender a demanda de serviços públicos dependentes do uso dos elementos (insumos, produtos e serviços), independente de em quais áreas do perímetro urbano ou rural, ou ainda qualquer que seja o tipo de demanda a ela relacionada.

1.2.2. A aquisição de pedras irregulares justifica-se pela necessidade de manutenção de estradas ou ruas que já tenham calçamento, ou ainda, para a construção de novos. Para a pedra rachão, a mesma é utilizada principalmente em obras de infraestrutura, como pavimentação e drenagem, até mesmo na construção de fossas.

1.2.3 A presente contratação, é indispensável e por vezes, deveria ser mantido contrato vigente, com saldo a requisitar a tempo integral, pois trata-se de produtos singulares para atender a diversas demandas.

1.2.4. Desta forma, espera-se os seguintes benefícios:

BENEFÍCIO 1: Prover, mesmo que por um procedimento impulsionado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, quando nos termos do art. 192 do decreto Municipal nº 3.927/2023, condições de execução das diferentes demandas apresentadas pela gerencia dos serviços;

BENEFÍCIO 2: Quando avaliada as demandas, que seja para cada um dos produtos ou dos serviços, mas que prevejam as conexões com outras demandas que poderão surgir como efeitos ou consequências, ou até mesmo, para que seja considerada a amplitude conjunta das soluções, que por fim poderá resultar em economia de aplicação de recursos públicos;

BENEFÍCIO 3: Reduzir os gastos com inúmeros certames durante um período orçamentário, tornando todo o sistema de contratações municipal mais eficiente e eficaz;

BENEFÍCIO 4: Manter contrato vigente em quantidades a requisitar que venham atender a demanda em tempo real, não comprometendo os serviços públicos;



BENEFÍCIO 5: Permitir a eliminação da necessidade de impulsionar procedimentos na modalidade de dispensa em caráter de urgência, sem verdadeiramente se tratar de urgência, sendo apenas provocadas por deficiência no planejamento;

BENEFÍCIO 6: Reduzir as interrupções dos serviços públicos, através da implantação e aplicação eficaz do Sistema de Gerenciamento de demandas, para canalizar solicitações demandadas;

BENEFÍCIO 7: Ainda na questão sistema gerencial, é possível através do planejamento, se antecipar a várias situações que tem potencial a se tornar problemas, e deste modo, conduzir ações e contratações que minimizem ou até eliminem a ocorrência destas situações complexas.

1.3 A ausência de contratações com objetos necessários ao atendimento as demandas existentes, acarretará inúmeras situações problemas, impactando diretamente a população, comprometendo a Administração como um todo.

1.4. As contratações deverão ser concentradas, considerando volumes suficientes a evitar fragmentações em licitações individualizadas a cada um dos insumos produtos ou serviços destinados a atender as demandas localizadas nesta área.

1.5 A recepção, a guarda, a marcação se possível dos produtos contratados deverá ocorrer no Almoxarifado Central, para posteriormente ser colocado à disposição das demandas originadas pelas diferentes secretarias e ou departamentos, para oportunizar o controle eficiente do estoque e das possibilidades de requisição quando de adoção de Sistema de Registro de Preços nas contratações.

SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

2.1 Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.1.1 A presente contratação está prevista de maneira generalizada no PCA 2024/2025 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE.

2.1.2 A presente contratação está prevista no item SETORES CONTEMPLADOS do PCA 2024/2025.

2.2 Alinhamento Estratégico:

2.2.1. Esta pretendida contratação não apresenta conformidade com os Programas e Ações do PCA 2025.

SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Os requisitos necessários à contratação, com vistas ao atendimento da demanda, são os seguintes:

3.1 Requisitos mínimos de qualidade:



A presente contratação deverá atender, incluindo os requisitos mínimos do Termo de Referência, a proposta mais vantajosa mediante competição, zelando-se sempre pela contratação da melhor qualidade possível com o menor preço. A descrição dos requisitos no Termo de Referência deve se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade, garantindo-se a competitividade da contratação e a maior eficiência possível.

3.2 Requisitos normativos e legais:

A presente contratação deverá atender ao que determina a Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

3.6 Requisitos de sustentabilidade:

A CONTRATADA deverá desempenhar suas atividades dentro da legislação vigente, pertinentes ao objeto pretendido, priorizando por requisitos tais como:

- Adoção e Implementação da Logística Reversa;
- Gestão de resíduos sólidos – Destinação/disposição final adequada de resíduos sólidos e rejeitos;
- Plano de gerenciamento de resíduos sólidos nos casos estabelecidos pela Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (obras de engenharia);
- Licenciamento ambiental nos casos previstos em lei;
- Cadastro Técnico Federal em atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais;
- Certificação florestal em produtos desta origem;
- Uso consciente da água;
- Outorga de água nos casos previstos em lei;
- Atendimento à legislação vigente de lançamento de efluentes líquidos;
- Atendimento à legislação vigente de qualidade do ar em casos de emissões atmosféricas;
- Manutenção periódica de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos/líquidos;
- Redução de impactos ambientais;
- Mitigação/compensação de impactos ambientais;
- Eficiência energética;
- Uso consciente de recursos naturais;
- Origem sustentável dos recursos naturais utilizados;
- Produtos, equipamentos e serviços que possibilitem a redução do consumo de energia e recursos naturais;
- Tecnologias limpas;
- Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial;
- Atendimento aos critérios de acessibilidade.

SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).



4.1 - Identificação da necessidade do objeto:

4.1.1 O objeto desta contratação, é PEDRAS BASÁLTICAS POLIÉDRICAS IRREGULARES, para calçamento, que serão utilizadas na manutenção de estradas e ruas do município, bem como nos entroncamentos das estradas das propriedades com a estrada municipal, a fim de conservação dos calçamentos, ou asfalto nestas, e evitar que nas ligações das estradas, o tráfego, principalmente caminhões com cargas de produtos agrícolas acabam por danificá-las, de modo por vezes, deixando-as intransitáveis. Já as pedras rachão serão utilizadas na construção de fossa nos conjuntos habitacionais do Município e manutenção destas em prédios públicos.

4.1.2. A partir da constatação de que nos últimos anos, aumentou-se consideravelmente a quantidade de estradas asfaltadas na zona rural, a possibilidade de ocorrência de demandas de recuperação e manutenção das estradas aumentou na mesma proporção, a saber:

4.1.2.1 Uma vez que o município não dispõe de estoque deste material para este serviço de recuperação e proteção das estradas e logradouros, torna-se esta opção, viável para a manutenção das estradas municipais e logradouros do município.

4.2 Histórico de Licitações:

4.2.1 A seguir é apresentado o histórico das últimas licitações referente a aquisição de pedras basálticas irregulares para calçamento:

4.2.2 Foi levantada neste ETP, a ocorrência de processos administrativos para este objeto, apenas em 2007.

4.2.3 Para o item pedra rachão, a última licitação foi o PE nº 046/2024 (100 toneladas), com vigência até 27/08/2025, com objeto exclusivo para manutenção de estradas.

4.4 Análises do consumo:

4.4.1. Justifica-se a dispensa da análise do consumo, baseando-se no argumento de que não se pode comparar as circunstâncias da época (2007), com a realidade atual, em que se encontram as estradas municipais, considerando o aumento significativo de estradas que levam a propriedades particulares.

4.4.2. Ressalta-se que deste Estudo técnico Preliminar, não se pode auferir entre as formas de execução das demandas, da rentabilidade, ou que pese, da quilometragem de ruas e estradas que serão atendidas por esta contratação, visto que se destinam a pequenos reparos, ainda em metragem individualizadas as condições das ligações com a estradas particulares.

4.4.3 O que se espera é que seja uma constante, a manutenção e o reparo dos calçamentos nas estradas, onde se apresentarem com danos ao tráfego.

4.5 Análise do quantitativo solicitado:

4.5.1. Considerando as necessidades da gestão dos serviços públicos, a Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, o órgão competente, atribuído pelo art. 192 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, para solicitar a realização de licitações com o intuito de Registro de Preços, que atendam a todas as demais Secretarias, implica afirmar que deverá ser por ela



solicitada a licitação, uma vez que, para o objeto em questão, indica-se o uso do Registro de Preços.

4.5.2. No tocante a quantidade solicitada, orienta-se que os responsáveis, analisem a quantidade que está sendo solicitada, uma vez que, não se tem um parâmetro ideal para análise de consumo, principalmente para que se tenha registro dos pontos de demanda, para que sirva de suporte para novo procedimento licitatório de mesmo objeto.

4.6 Justificativa de quantitativo:

4.6.1. Diante das ponderações expostas, o que se extrai das análises é:

- Observa-se que como não foi possível analisar as demandas anteriores de pedra basáltica, o quantitativo solicitado pode ser discrepante da real necessidade do objeto;
- Diante das dificuldades de análises e comparativos do caso concreto, compreende-se por este documento, da necessidade de manter contratação vigente, para ser utilizada quando da demanda deste produto, de modo que, corrobora-se com o quantitativo solicitado, e ainda há que considerar-se a possibilidade de prorrogação da ata por período plurianual e igualmente incluído no PCA 2026.
- Para a aquisição de pedra rachão, a quantidade é justificada principalmente pela necessidade de construção das fossas nos conjuntos habitacionais do município e manutenção destas em prédios públicos.

SEÇÃO 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se os seguintes cenários possíveis para a solução do problema apresentado:

5.1. **Cenário 01** – Aquisição de produtos nas quantidades analisadas com a formação de estoque físico para atender de forma imediata as demandas existentes.

Este cenário possui a **vantagem** de capacitar a reposição imediata dos produtos, garantindo a agilidade e a continuidade dos serviços de recuperação e conservação das ruas, estradas e logradouros públicos, bem como, o preparo de estruturas físicas que atendam às necessidades básicas da população.

No entanto, as **desvantagens** percebidas são inúmeras, entre elas: gerenciamento total dos serviços; local adequado à guarda e à conservação da quantidade total dos produtos (atualmente o Município não mantém um local adequado para armazenamento, visto que nem todos os produtos adquiridos pela Administração são recepcionados, nem mesmo armazenados no local, comprometendo o controle a conservação dos mesmos); e para citar ainda, a logística de movimentação dos produtos, de forma que atualmente o Almoxarifado Central conta com servidores que acumulam funções e ainda sem veículo adequado para o transporte de todos os produtos que deveriam estar armazenados nestes locais.

5.2. **Cenário 02** – Contratações sob Registro de Preços para futura e eventuais aquisições de produtos, sem a formação de estoque físico.

Este cenário, manifesta-se atual e procedente quando a organização, principalmente naquelas públicas, deseja adquirir quantidades suficientes para atender o consumo a tempo de não impactar o atendimento aos serviços públicos prestados. **As vantagens** se apresentam quanto a redução de estrutura física do local de armazenamento, na logística do transporte, nas condições de guarda e conservação, nas necessidades de equipamentos exclusivos, redução de pessoal, consequentemente menores necessidades de investimento e de gastos atrelados a manutenção dos serviços públicos e administrativos.

Já como **desvantagens**, são por assim dizer, maior preparo e preocupações na elaboração do calendário de compras anual, a própria adequação do plano de compras anual (PCA); a eficácia do canal de comunicação (requisição), entre os órgãos que compõe a Administração e os fornecedores contratados; o cuidado com os requisitos de contratação solicitados em documentos obrigatórios e que validam as contratações públicas, e ainda, a eficácia da fiscalização administrativa dos contratos, relativas as preocupações de saldo a requisitar e a vigência dos contratos.

Observa-se, no entanto, que todas as desvantagens que se apresentam impactantes ao desempenho por esta metodologia de formação de estoque (estoque de Atas de Registro de Preços), já são ao mesmo tempo, ações predefinidas em legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), como de caráter obrigatório à Gestão Da Governança, exigidas para condução da Administração Pública contemporânea. Ou seja, são ações que obrigatoriamente já devem ser consideradas pelos administradores públicos nas suas estruturas de Gestão, o que não implica em aumento de custos e investimentos, mas sim, em aumento de eficiência, eficácia e efetividade dos programas e das ações de Administração do bem público, bem como de promoção do desenvolvimento local.

SEÇÃO 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

6.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

ITEM	CÓD. EQUIP.	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	MENOR PREÇO	Valor Global
1	5990	Pedra Basáltica Irregular, Faixa granulométrica 100 à 150mm, padrão do DER, Aplicação: Pavimentação de calçamento poliédrico.	M²	15000	R\$ 48,00	R\$ 720.000,00
2		PEDRA RACHÃO, material rocha triturada, aplicação pavimentação, construção umedecimento e compactação.	Tonelada	1.000	R\$ 65,00	R\$ 65.000,00
Total						785.000,00

6.2. O orçamento estimado da presente contratação foi elaborado com base nos parâmetros e calculado em conformidade com o Decreto nº 3.927/2023, cujo documento de Orçamento



Estimado, que contém memória de cálculo, será anexado aos autos da contratação, indicando os parâmetros, a metodologia e os preços referenciais utilizados no cálculo estimativo.

6.3 Pela Pesquisa de preços, define-se como **VALOR MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO**, o valor de R\$ 785.000,00 (Setecentos e oitenta e cinco mil reais).

SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

7.1 Identificação de soluções:

7.1.1. Por meio deste estudo, por meio de questionamentos a partir do contexto atual e dos posicionamentos em relação aos serviços públicos, foram verificados alguns benefícios quando do seu gerenciamento, bem como os possíveis cenários, para fundamentar decisões que podem ser tomadas pela Administração, nas futuras contratações de insumos, produtos e serviços para atender a demandas dos serviços públicos, isto, para suportar uma visão de diferentes possíveis soluções.

7.1.2. Assim, foram identificadas as seguintes possíveis soluções:

7.1.2.1 Solução 1: Realizar o Pregão Eletrônico para a contratação de empresa para o fornecimento do material (pedras e rachões).

Tem-se as desvantagens de obrigatoriamente comprar todo o quantitativo, em regra, no primeiro ano de contrato, mesmo que sendo possível a prorrogação do prazo de vigência.

7.1.2.2 Solução 2: Adotar uma postura gerencial das demandas, promovendo contratações por Registro de Preços, controlando com eficiência e eficácia o uso e o consumo, quando na manutenção e a conservação das estradas, programa de renovação e modernização das estradas vicinais municipais, bem como das ligações destas com as estradas particulares que levam ao núcleo das propriedades, ou ainda, atender a programas governamentais baseados em lei própria, com investimentos autorizados pela Câmara Legislativa do Município.

7.2 Análise comparativa das soluções

7.2.1. Para escolher o melhor tipo de solução a contratar, realizou-se uma análise comparativa entre as soluções disponíveis aqui levantadas, considerando os aspectos técnicos e econômicos, referenciados no §3º do Decreto Municipal 3.927/2023, e mensurados a partir dos critérios elencados no art. 11 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

7.2 Definição da solução escolhida

7.2.1. Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:

7.2.1.1. Conforme já descrito no cenário 2: **Aquisição parcelada, por meio de REGISTRO DE PREÇOS, de pedras basálticas poliédricas para calçamento, e de pedras de primeira britagem tipo “rachão”, visando atender as demandas da Administração, quando nas preparações de estradas, sendo nas adequações dos entroncamentos das estradas municipais vicinais com as estradas das propriedades particulares dos munícipes, ou ainda, nas preparações de estruturas físicas que**



atendam às necessidades básicas da população do município de São Jorge D'Oeste/PR, sem a formação de grandes estoques de insumos e produtos, buscando disponibilizar os objetos demandados, suportando um limite de prazo para a logística de suprimento, buscando a capacitação de equipe, que planeje e execute de modo eficiente e eficaz o gerenciamento das demandas.

7.3 Característica do objeto:

7.3.1 O objeto a ser contratado é de natureza Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.3.2 A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

7.3.2.1. É encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;

7.3.2.2 Pode ser considerado de necessidade contínua, sem peculiaridades ou características especiais;

7.3.2.3. É apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e

7.3.3. Sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

7.4 Definição da natureza de execução do objeto:

7.4.1 A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, já que são serviços de fornecimento contínuo aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

7.5 Modelo adotado:

7.5.1 O modelo a ser adotado para a presente contratação será a solução conforme o item 7.1.2.2, admitida para o Cenário 2, assim, pretende-se o registro de preços, objetivando futura e/ou eventual aquisição de pedras basálticas irregulares para calçamento para atender as demandas da secretaria requisitante.

7.6 Justificativa da escolha da solução:

7.6.1 Trata-se da solução que no momento se adequa a realidade apresentada pela Administração.

7.6.2 A análise das opções oferecidas pelo mercado, conforme relatado neste ETP, demonstra que o modelo REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO FUTURA E/OU EVENTUAL AQUISIÇÃO, trata-se de uma abordagem/solução mais flexível e adaptável à realidade atual da Administração Municipal.



7.7 Regime de fornecimento:

7.7.1. Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme necessidades da Secretaria Solicitante.

7.8 Vigência do contrato:

7.8.1. Orienta-se para o prazo de vigência contratual de no mínimo 12 (doze) meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada da Ata de Registro de Preços, nos termos do Título III, Capítulo VII, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.8.2. Considerando o objeto contratado, a vigência do contrato poderá ser prorrogável nos termos da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, se comprovada a vantajosidade para Contratante e se prevalecendo o interesse público.

7.8.3. Justifica-se a vigência contratual de 12 (doze) meses, considerando as necessidades de recuperação e conservação das estradas e ruas, o que pode alterar significativamente o quantitativo solicitado.

SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

8.1. Para as contratações pretendidas para atender as demandas existentes foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

8.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto **por Item**, visando maior disputa entre os participantes, e consequentemente maior economia para o Município.

SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1. Considerando que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, são apontados os resultados pretendidos, em termos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, em busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como de desenvolvimento nacional sustentável.

9.2 Assim, a presente contratação pretende alcançar o(s) seguinte(s) resultado(s):

9.2.1. Possibilitará o fornecimento adequado de insumos, produtos e serviços, possibilitando o gerenciamento, controle, redução de gastos excessivos, bem como, possibilitar organização no ambiente de trabalho.

9.2.2. Contemplará o fornecimento de material para todas as demandas em conformidade as quantidades solicitadas e necessárias, de modo a não provocar atrasos indesejáveis, ou então, a não existência de Registro de Preços vigentes para os diferentes objetos relacionados.



9.2.3. Ao realizar a manutenção preventiva/corretiva das estradas e ruas, bem como, preparando de estruturas físicas para atender as necessidades básicas da população, a Administração estará garantindo qualidade no atendimento ao público garantindo que as necessidades e expectativas da população sejam atendidas de forma satisfatória.

SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação.

10.2. No que tange a necessidade de serem tomadas providências para adequação do ambiente da instituição, frisa-se que não há necessidade de adequação da organização para que a contratação surta seus efeitos.

10.3. Ademais, pela característica do objeto aqui tratado, há necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

SEÇÃO 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. Para atendimento da finalidade da contratação, não há contratações correlatas que deverão ser agilizadas, uma vez que se admite um olhar gerencial, de modo que, chama-se a atenção da equipe de contratação para que privilegie os trâmites de todos os processos que por finalidade atendam as demandas existentes.

SEÇÃO 12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Tendo em vista a natureza do objeto que se pretende contratar, é necessário que o Fornecedor, no âmbito de suas atividades, atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo da observância das boas práticas e das normas pertinentes, pontuados na matriz de riscos adotada para esta contratação.

12.1. ANÁLISE DE RISCO

12.1.1. A análise de riscos é o processo de compreender a natureza e determinar o nível de risco, de modo a subsidiar a avaliação e o tratamento do risco (ABNT, 2009). O risco é uma função tanto da probabilidade como da medida das consequências. Desse modo, o nível do risco é expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento e das consequências resultantes no caso de materialização do evento, ou seja, do impacto nos objetivos. O resultado final desse processo será o de atribuir a cada risco identificado uma classificação, tanto para a probabilidade como para o impacto do evento, cuja combinação determinará o nível do risco. A identificação de fatores que afetam a probabilidade e as consequências também é parte da análise de riscos,

incluindo a apreciação das causas, as fontes e as consequências positivas ou negativas do risco. Referencial básico de Gestão de Riscos, Tribunal de Contas da União (TCU), 2018.

12.1.2 Risco é o efeito da incerteza sobre objetivos estabelecidos. É a possibilidade de ocorrência de eventos que afetem a realização ou alcance dos objetivos, combinada com o impacto dessa ocorrência sobre os resultados pretendidos.

12.1.3 Gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos. É o processo que visa conferir razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos.

12.1.3. Para a análise de risco será utilizado o método qualitativo, que define o impacto versus probabilidade e, também o nível da escala de risco por qualificadores numéricos que determinarão o método qualitativo como: BAIXO, MÉDIO, ALTO, EXTREMO, facilitando com base na percepção das pessoas para análise. A relação entre os riscos e os seus componentes pode ser ilustrada por meio de uma matriz que se correlaciona com as variantes impacto e probabilidade; segue-se a imagem abaixo:



Figura 01 - Matriz de riscos simples

12.2 - MATRIZ DE RISCOS

12.2.1 Utilizando-se da matriz de PROBABILIDADE x IMPACTO, imagem abaixo, conforme orientação da equipe de planejamento de licitações desta Municipalidade, (modelado em consonância com as diretrizes de compliance da Controladoria-Geral, CGE/GO), temos a seguinte Matriz de Probabilidade x Impacto:



Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Escala de Níveis de Risco		
(Nível de Risco = Peso Prob. x Peso Impacto)		
Escala	De	Até
Baixo	1	4
Médio	5	9
Alto	10	30
Extremo	31	80

Figura 02 - Matriz de riscos - Probabilidade x Impacto

12.2.2 A avaliação dos riscos deve seguir os seguintes passos:

- 1º). Identificar, para os riscos acima do limite, as respectivas fontes, causas e eventuais consequências sobre a organização como um todo;
- 2º). Identificar os riscos que estão abaixo do limite de exposição (**faixa laranja**); identificar, na matriz probabilidade x impacto, os riscos cujos níveis estão acima do limite de exposição ao risco; e riscos inaceitáveis, hipótese que não será admitida (**faixa vermelha** da matriz);
- 3º). Para os riscos cujos níveis se encontram na **faixa amarela** deverá ser avaliada a necessidade de monitoramento;
- 4º). Os riscos cujos níveis se encontram na **faixa verde** poderão ser aceitos.

12.2.3. Com base na análise de riscos e na sua classificação, os riscos identificados estão alinhados com os objetivos desta contratação e são assim classificados: PROBABILIDADE ALTA e IMPACTO ALTO. Como forma de mitigar o impacto do risco supramencionado seria de extrema relevância a aquisição de estações de trabalho.

12.3 ANÁLISE INDIVIDUAL DOS RISCOS

12.3.1 RISCO 1 - A não aquisição de produtos e contratação de serviços necessários para a manutenção e conservação das ruas, estradas e logradouros públicos.



Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 1 (Raro)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 16 – Faixa laranja: Limite máximo de exposição ao risco.

2. A falta ou a irregularidade documental para atividades de exploração de jazidas de pedras.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 4 (Moderado)

Classificação do risco: 12 – Faixa Laranja: limite de exposição ao risco.

3. Ausência de contratos (VIGÊNCIA/SALDO CONTRATUAL)

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
			Probabilidade				

13.1. Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução: **Aquisição parcelada, por meio de REGISTRO DE PREÇOS, de pedras basálticas poliédricas para calçamento, e de pedras de primeira britagem tipo “rachão”,** visando atender as demandas da Administração, quando nas preparações de estradas, sendo nas adequações dos entroncamentos das estradas municipais vicinais com as estradas das propriedades particulares dos munícipes, ou ainda, nas preparações de estruturas físicas que atendam às necessidades básicas da população do município de São Jorge D'Oeste/PR, mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista tanto as necessidades de conservação das estradas vicinais, bem como da estruturação logística de acesso dos veículos, caminhões e demais veículos, ou ainda, da possibilidade de tráfego no interior do município, naquelas estradas não cobertas por asfalto. Além do mais, as quantidades previstas são compatíveis e atendem à economicidade; os riscos envolvidos são administráveis; e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Assim sendo, a Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE ETP:


Clair Mariano da Costa
Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças

Versão do Doc. Padrão 01/2024

São Jorge D'Oeste – PR, aos 10 dias do mês de setembro de 2025.